

A cura do déficit

PARA efeito de estatística ou de análise, a equipe econômica destaca os encargos financeiros das demais despesas do Governo. Assim, excluindo-se esses encargos (juros da dívida interna e externa, amortizações etc.), as receitas correntes da União estariam este ano superando ligeiramente o restante dos gastos da União. É o que se chama superávit primário.

NO entanto, como os juros não são uma abstração, ao computá-los no total das despesas, o superávit primário é engolido e transforma-se em um imenso déficit operacional, que, de janeiro a agosto (levando-se em conta apenas a parte da União) atinge a quase 2% do Produto Interno Bruto (PIB) do País.

OS ENCARGOS financeiros foram tão elevados que, somente no período considerado, seriam capazes de consumir quase a metade da receita líquida do Tesouro Nacional. Ou seja, para pagá-los, o Governo não poderia gastar um centavo em pessoal, no custeio na máquina pública e nem fazer qualquer investimento.

TRATA-SE de situação afeita, mas que também não pode ser solucionada pelo calote, forma simplista que alguns economistas e políticos chegam a propor, sem medir as consequências futuras de uma atitude dessas.

ATUALMENTE, o Governo cobre a totalidade desses encargos financeiros através da colocação de títulos públicos federais. Na verdade, o setor público pede emprestado ao setor privado o dinheiro para pagar juros devidos ao próprio setor privado. Só que, para ficar com esses novos títulos, o mercado exige juros altos, que, por sua vez, geram necessidade de colocação de mais papéis.

PARA DESMONTAR essa engrenagem, será preciso um esforço conjugado do Governo para aumentar a arrecadação fiscal, cortar despesas correntes (enxugando a máquina administrativa, eliminando desperdícios, transferindo responsabilidades para Estados, Municípios e para o próprio setor privado) e, principalmente, vender ativos. A dívida pública interna e seus respectivos encargos atingiram tal proporção que, para pagá-los, a receita fiscal teria que crescer 60% em termos reais, o que é economicamente inviável (haveria uma recessão sem precedentes). Mas é perfeitamente possível estabelecer-se um cronograma não inflacionário de redução do endividamento, através da desmobilização e venda de ativos. É o que fazem empresas ou famílias, quando suas poupanças estão esgotadas.

A VENDA da Usiminas, prevista pelo Governo, será, por exemplo, capaz de render aos

cofres públicos, no mínimo, o equivalente a US\$ 6 bilhões. Como dificilmente um único grupo empresarial terá condições de adquirir uma companhia desse porte, um esquema especial precisará ser montado para que fundos de pensão, fundos mútuos de investimento e outros investidores institucionais fiquem com a maior parcela das ações.

EXISTEM diversos outros mecanismos para se acelerar a privatização, democratizando, ao mesmo tempo, o capital das empresas hoje sob controle estatal. O projeto de lei enviado ao Congresso pelo Presidente da República prevê também a participação de capitais estrangeiros, em caráter minoritário, nessas companhias, o que é uma maneira saudável de captar poupança externa para o País.

EM SUMA, há como se diminuir o componente financeiro do déficit público, que é o combustível que alimenta a inflação, sem necessidade de se continuar aumentando a dívida pública ou de emitir moeda. A próxima administração terá de encarar o problema logo nos primeiros momentos de Governo. É importante, então, que o atual Governo crie as bases para essa ação imediata, estabelecendo um cronograma, flexível, para execução do programa de privatização, cujo produto deve ter uma destinação específica: reduzir o endividamento do setor público.